

# Empréstimos encarecem

103

O consumidor sentiu no bolso o efeito da crise econômica em outubro. Quem pegou crédito no mês pagou mais caro por isso. Muitas taxas bateram o recorde de aumento, como por exemplo o cheque especial. O cliente que precisou usar o cheque especial para sair de um aperto amargou uma taxa de 170,8% ao ano, a mais elevada desde julho de 2003, quando os juros do cheque especial bateram em 173,9%. Nos primeiros oito dias úteis de novembro, a situação não é diferente. A taxa do cheque especial subiu 3,4 pontos de percentagem, alcançando 174,2% ao ano.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, a situação não deve se reverter até o fim deste ano. Por isso, o seu conselho para o Natal é que os consumidores evitem o financiamento, optando por fazer compras à vista, com desconto. "Em algum momento, as taxas retornarão", disse Lopes, que não acredita que essa reversão ocorrerá já no próximo mês. "É provável que as taxas continuem em elevação", disse.

## Inadimplência

Lopes explicou que a elevação das taxas de juros é uma consequência da alta no spread (diferença entre a taxa que os bancos pagam na captação e a que cobram de quem precisa de um financiamento). Spread e juros subiram de forma generalizada em outubro e a alta continua forte em novembro. A taxa de juros para as empresas, por exemplo, chegou a 31,6% ao ano em outubro. É a taxa mais alta desde dezembro de 2005, que tinha ficado em 31,7% ao ano. Até 12 de novembro (oito dias úteis) os juros para as empresas subiram mais 0,2 pontos percentuais, atingindo 31,9%.

Para as pessoas físicas a situação não é diferente. A taxa em outubro, de 54,8% ao ano, é a mais elevada desde junho de 2006. Só nos primeiros dias de novembro, essa taxa subiu cinco pontos percentuais, alcançando 59,8% ao ano. Até o financiamento de veículos, que possui um dos juros mais baixos do mercado, subiu um ponto percentual, passando de 33,1% ao ano em setembro para 34,1% no mês passado.

A alta dos juros ainda não foi seguida pela inadimplência que, no geral, aumentou apenas 0,1 ponto percentual no mês, passando de 4% para 4,1%. O índice de inadimplência considerado pelo BC é para atrasos superiores a 90 dias. Os dados do BC mostram, no entanto, aumento no atraso nos pagamentos devidos há mais de 15 dias. (VC)